

REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DO/NO MST: MARCAS DE AUTORIA COLETIVA DE UM PENSAMENTO PEDAGÓGICO

Allan Diêgo Rodrigues Figueiredo¹

André Gustavo Ferreira da Silva²

Resumo

O presente artigo articula um exercício hermenêutico na tentativa de refletir o pensamento pedagógico elaborado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Neste sentido, tomou-se como problemática quais os conceitos que movem sentidos para a reflexão de um pensamento pedagógico elaborado pelo MST (1996), considerando as proposituras presentes no Caderno de Educação n. 8, intitulado “Princípios da Educação no MST”. Para isso, elaborou-se um percurso metodológico numa perspectiva teórica, mobilizando o exercício hermenêutico em torno do mapeamento de conceitos, de interpretação e compreensão de sentidos. Assim, o Caderno é manuseado enquanto corpus teórico a ser lido, refletido e compreendido como produção do próprio MST. Por fim, compreendeu-se que o corpus teórico em questão se desenvolve a partir do conceito de princípio, buscando fundamentar uma concepção que corresponde aos contextos nos quais os sujeitos sociais do MST estão inseridos. Desse modo, a linguagem expressa na produção do Movimento ensaia caminhos teóricos com termos específicos de marcas de autoria coletiva, dialogando com autores clássicos e propondo uma releitura sobre os processos pedagógicos que refletem os variados temas da educação.

Palavras-chave: Educação; MST; Autoria coletiva; Pensamento pedagógico.

INTRODUÇÃO

Refletir a possibilidade de um pensamento pedagógico elaborado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra³, torna-se uma empreitada que traceja um percurso hermenêutico, tendo em vista que a presente proposta parte das reflexões sobre a educação apresentadas no Caderno de Educação n. 8 (1996). Objetivou-se refletir o pensamento pedagógico elaborado pelo MST. Desse modo, tomou-se como problemática quais os conceitos significam o pensamento pedagógico elaborado pelo MST, considerando as proposituras presentes no Caderno de Educação n. 8, intitulado

¹ Doutorando em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu-UFPE), Mestre em Educação Contemporânea pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea (PPGEduC-UFPE), Licenciado em Filosofia pela Faculdade São Bento da Bahia. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinar em Formação Humana, Representações e Identidades (GEPHFRI). Bolsista FACEPE. E-mail: allandiego_st@hotmail.com

² Doutor em Educação pela UFPE. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu-UFPE). Centro Paulo Freire - Estudos e Pesquisas. E-mail: andreferreiraufpe@gmail.com

³ No decorrer do artigo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra será apresentado, também, como MST, Movimento Sem Terra e Movimento.

“Princípios da Educação no MST”? Este artigo apresenta sua relevância por analisar a contribuição do MST ao campo educacional no seu aspecto teórico-filosófico, além de considerar os contextos educacionais, sociais e políticos os quais ainda se deixam imperar pela negação do conhecimento à classe trabalhadora, o fechamento e sucateamento das escolas do campo e os cortes orçamentários na educação. A propositura expressa na linguagem do MST se assenta em princípios que anunciam uma formação humana para o novo homem e a nova mulher e, ao mesmo passo, denunciam processos que não visam o sujeito social e histórico.

Neste sentido, as reflexões que se seguem, mesmo tendo sido elaboradas nos contextos dos anos 90, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), apresentam-se enquanto pensamento pedagógico potente para (re)pensar a formação dos sujeitos sociais inseridos num campo de disputas de pensamentos e sentidos que, realmente, pode ser pensado, elaborado e divulgado em forma de corpus teórico para a formação de comunidades escolares que pensam outros caminhos para a educação. O estudo foi dividido em quatro partes: - Percursos metodológicos; - Os princípios filosóficos e pedagógicos: conceitos para um pensamento pedagógico; - Um pensamento pedagógico no MST: uma linguagem própria de pensar/fazer Educação?; - Considerações finais.

PERCURSOS METODOLÓGICOS

O itinerário de compreensão delineado neste estudo, apresentou-se de modo unicamente teórico. Compreendeu-se o “Caderno de Educação. n. 8” do MST como corpus teórico. Assim, a priori, considerou-se que o Movimento Sem Terra apresenta uma produção teórica, com o papel/função de formar os profissionais da educação que atuam em escolas de assentamentos e acampamentos. O corpus teórico foi refletido e manuseado por meio de quatro momentos: 1) O contato com o Caderno no banco de produções da Reforma Agrária; 2) Leitura flutuante para se obter uma visão formal em torno da disposição do texto; 3) Leitura sistemática para mapear conceitos; 4) Leitura reflexiva pela perspectiva da hermenêutica filosófica em torno dos movimentos de sentidos que foram sendo apresentados nas articulações dos conceitos específicas, com os sentidos mais amplos nas conexões das ideias, possibilitando as compreensões.

Na busca por compreender os sentidos elaborados pelo Coletivo Nacional do Setor de Educação⁴ do MST, ao propor as ideias do corpus teórico, refletiu-se por meio da hermenêutica metodológica, a qual proporcionou, de forma pontual e estratégica, os mapeamentos dos conceitos centrais empregados no texto. Desse modo, nesta itinerância teórica, a hermenêutica metodológica passa a ser compreendida como instrumental (ROHDEN, 2003) para mapear conceitos.

Em seguida, tomou-se como referência a hermenêutica filosófica, tendo em vista que as articulações dos conceitos e disposições desses no enredo do texto, ultrapassam o campo de uma leitura e interpretação unicamente técnica ou de conceitos isolados, possibilitando pensar inúmeros sentidos que não são encerrados, mas instauram movimentos de pensar a linguagem elaborada pelo Coletivo de Educação do MST, na ação de convidar seu leitor a voltar-se ao dito, ao não dito e perguntar-se como a linguagem do MST reflete uma educação que se difere, em disputa, das concepções estruturadas por pensamentos pedagógicos mais tradicionais e de viés político-capitalista. Nesta perspectiva, valeu-se da hermenêutica metodológica para ter uma visão dos conceitos e, para a compreensão dos sentidos, fez-se uso da hermenêutica filosófica para entender a vida da linguagem suscitando sentidos ao corpus teórico produzido pelo MST. Assim, considerou-se que essa última não compreende o sentido como algo estático e unívoco, mas em dinamicidade na imbricação dos sentidos buscados pelo leitor e os múltiplos sentidos que podem habitar num texto (ROHDEN, 2003).

OS PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS: CONCEITOS PARA UM PENSAMENTO PEDAGÓGICO?

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) apresenta os seus princípios filosóficos e pedagógicos, numa linguagem organizada e didática, no seu Caderno de Educação n. 8, de 1996. A elaboração do caderno partiu da necessidade de fazer uma reedição do Boletim de Educação n. 1, publicado quatro anos antes, intitulado

⁴ O Setor de Educação do MST foi criado em 1988, com o objetivo de organizar e, ao mesmo tempo, manter uma linha política harmoniosa nos espaços educativos dos assentamentos e acampamentos. Este setor foi se estruturando pela consciência de que a luta pela terra só teria êxito vinculada aos conhecimentos e “pode ser entendido como uma estrutura produzida além dos interesses de conquista da terra, originado da mobilização para manter as crianças nas escolas e lutar contra o analfabetismo, seja em acampamentos ou assentamentos” (PERLI, 2016, p. 235). O Coletivo Nacional do Setor de Educação, por sua vez, foi criado para cuidar da articulação e a reflexão das práticas educativas do Movimento em nível nacional (STEDILE; FERNANDES, 2012).

“Como deve ser uma escola de assentamento”. Este primeiro boletim havia se tornado um marco histórico da elaboração teórica do Movimento sobre educação pelo fato de, ainda que de modo incipiente, ter lançado as bases do que viria a se constituir o seu pensamento pedagógico. O que aconteceu nos anos que se seguiram à publicação do boletim chamou a atenção do Coletivo Nacional do Setor de Educação do MST: o texto “era citado como um dos materiais mais usados para o estudo e divulgação, interna e externa, da proposta de educação do Movimento” (MST, 1996, p. 3) nas diversas experiências educativas que começavam a se consolidar nos assentamentos em todo o país.

O Coletivo empreendeu, então, um trabalho de reescrita do material. Muito mais do que uma simples reedição daquele boletim embrionário – apenas revisando e atualizando o texto original –, o esforço resultou na produção de um documento mais bem elaborado e adequado à intenção do Movimento: que pudesse ter ainda maior sentido e uso social do que o texto anterior, como guia para as ações educativas do Movimento. Na apresentação do Caderno n. 8, uma declaração explicita este desejo:

“Podemos afirmar aquelas mesmas ideias, mas de um jeito um pouco diferente; e também podemos produzir novas ideias, sistematizar alguns novos princípios. Isto é possível também porque temos nos preocupado em conhecer outras práticas e em estudar teorias que ajudam a entender e a fundamentar o que estamos fazendo e pensando sobre educação. [...] Este novo texto passou a ser um Caderno de Educação visando melhor adequá-lo enquanto documento de estudo sobre a nossa concepção pedagógica” (MST, 1996, pág. 3).

A publicação do Caderno, intitulado “Princípios da Educação no MST: Reforma agrária, semeando educação e cidadania”, significou, portanto, um passo crucial na construção teórica do pensamento pedagógico do Movimento.

Princípios: raiz e direção do Movimento

Ao proceder ao estudo dos princípios filosóficos e pedagógicos explicitados pelo MST, faz-se necessário esclarecer o conceito de princípio, como é compreendido de maneira geral, e como o próprio Movimento o utiliza. A noção deste termo, segundo o Dicionário de Filosofia, está intimamente ligada ao sentido de “ponto de partida e fundamento de um processo qualquer” (ABBAGNANO, 2007, pág. 792), ou causa deste, no pensamento dos filósofos gregos. No Dicionário Larousse encontram-se duas acepções

do termo relevantes para este estudo: princípio é “o que é causa primeira, a base de algo, raiz; conceito, ideia fundamental que serve de base a uma ordem de conhecimentos ou sobre a qual se apoia um raciocínio” (LAROUSSE, 2006, p. 35). Na perspectiva destas concepções, o MST entende que princípios são “propostas ou afirmações que estão na base ou que dirigem uma ação” (MST, 1996, p. 4). São, portanto, base, raiz, fonte, começo e, ao mesmo tempo, direção, dinamismo, motores da ação.

O Movimento lança mão de uma metáfora para explicitar melhor a sua interpretação: os princípios são como estacas ou balizas colocadas quando se vai abrindo uma picada na mata, para servir de marcos ou referências para aqueles que depois deverão seguir por estes mesmos caminhos, cuidando de melhorá-los e aperfeiçoá-los. Estes, por sua vez, “também poderão deixar novos marcos, abrir atalhos, refazendo a estrada e o próprio jeito de andar nela” (MST, 1996, p. 4). Fica bem claro aqui o caráter dinâmico e aberto da compreensão da noção de princípios por parte do Coletivo: quanto mais esforço aplicado para pensar as próprias práticas, abrindo-se a acolher criticamente outras práticas, maiores são os avanços na formulação dos próprios princípios. E quanto mais se avança na formulação dos próprios princípios, maior será o avanço na coerência das próprias práticas, numa dinâmica de construção de um sentido estratégico para as equipes de trabalho e para o conjunto do Movimento.

Princípios Filosóficos - A visão do MST acerca do mundo, do ser humano, da sociedade e da educação

O Coletivo define como princípios filosóficos aqueles que dizem respeito às concepções mais gerais que inspiram o Movimento, sua visão de mundo, sua compreensão da pessoa humana, da sociedade e o que entende como educação. Neste sentido, os princípios filosóficos remetem “aos objetivos mais estratégicos do trabalho educativo do MST” (MST, 1996, p. 4).

A educação, compreendida em seu sentido amplo, é um dos processos de formação da pessoa humana, através do qual as pessoas se inserem numa determinada sociedade, transformando-se a si mesmas e ao mesmo tempo transformando a sociedade em que vivem. É fundamental considerar, por esta mesma razão, que a educação está sempre ligada a um projeto político e é direcionada por uma concepção de mundo. Muitas vezes e de modo geral confundida com a simples associação à escola, a educação que se

propõe no MST – embora tenha sua origem na preocupação com as escolas dos assentamentos – vai além das práticas educativas realizadas no ambiente escolar:

De certo modo, o eixo continua sendo a escola, mas num sentido bem mais abrangente do que no início. [...] Consideramos a educação uma das dimensões da formação, entendida tanto no sentido amplo da formação humana, como no sentido mais restrito de formação de quadros para nossa organização e para o conjunto das lutas dos trabalhadores. (MST, 1996, p. 5).

Com base nesta concepção de educação, o Coletivo apresenta cinco princípios filosóficos que remetem aos objetivos estratégicos do Movimento: 1. Educação para a transformação social; 2. Educação para o trabalho e a cooperação; 3. Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana; 4. Educação com/para valores humanistas e socialistas; e 5. Educação como processo permanente de formação/transformação humana. Podemos destacar três conceitos sobre as quais se articulam estes princípios filosóficos: transformação social, concepção onilateral do ser humano e processo permanente de formação humana.

O horizonte que define o caráter da educação no MST é a transformação social. Neste sentido, é entendida como um processo pedagógico que se reconhece de caráter político, vinculado organicamente com os processos que visam à transformação da realidade social e à construção de uma nova ordem social, baseada na justiça, na vivência da democracia e dos valores humanos e socialistas. É uma educação para a transformação social, que assume a perspectiva da classe trabalhadora, entendendo como um direito fundamental o acesso de todos à educação, sem nenhuma exceção, com especial ênfase na escolarização.

É, ao mesmo tempo, uma educação vinculada organicamente às lutas do Movimento Social: “é fundamental todo este esforço em cada acampamento, cada assentamento, em cada uma de nossas escolas, de construir uma proposta de educação *do* MST” (MST, 1996, p. 6). Mais do que uma educação *para* o movimento trata-se da educação *do* Movimento, comprometida de fato com os processos de mudança na sociedade como um todo. É uma educação aberta para o mundo, comprometida com todos os problemas humanos, disposta a acolher os novos processos, buscando compreendê-los, trabalhando pedagogicamente suas contradições e conflitos. É, enfim, uma educação para a ação, ou seja, que prepara “sujeitos capazes de intervenção e transformação prática (material) da realidade” (MST, 1996, p. 7). A formação para a cooperação é também outro

elemento estratégico na concepção de educação do Movimento, visando à construção de relações sociais renovadas, voltadas à organização coletiva do trabalho.

A consideração do ser humano em todas as suas múltiplas e variadas dimensões é elemento fundamental na educação proposta pelo MST. A expressão marxiana “desenvolvimento onilateral do ser humano” expressa a intenção do Movimento por desenvolver uma práxis educativa revolucionária que objetiva “reintegrar as diversas esferas da vida humana que o modo de produção capitalista prima por separar” (MST, 1996, p. 8). O MST assume esse caráter da onilateralidade em sua proposta educativa, promovendo em cada uma de suas práticas as diversas dimensões do ser humano “de um modo unitário ou associativo, em que cada dimensão tenha sintonia com a outra, tendo por base a realidade social em que a ação humana vai acontecer” (MST, 1996, p. 8).

Nesta perspectiva onilateral, desenvolve-se uma educação calcada em valores humanistas e socialistas, promovendo a formação do novo homem e da nova mulher, que rompem com o sistema de valores dominante na sociedade contemporânea, centrada no lucro e no individualismo sem limites. Afirmam-se, assim, valores que colocam no centro do processo educativo a pessoa humana e sua liberdade, mas não pensada de modo individualista e egoísta, mas assumindo-se como um ser de relações sociais que visam à “produção e a apropriação coletiva dos bens materiais e espirituais da humanidade, a justiça na distribuição destes bens e a igualdade na participação de todos nestes processos” (MST, 1996, p. 9).

O MST acredita “no ser humano e na sua capacidade de transformação” (MST, 1996, p. 9) e vê nesta crença a condição fundamental para qualquer processo de educação, de formação. Considera, também, que “as pessoas mudam, educam-se e são educadas, num processo que só termina com a morte” (MST, 1996, p. 9-10), o que significa dizer que a educação é um processo permanente de formação humana, que se dá numa dinâmica de relações sociais intersubjetivas, num exercício mútuo e dialógico de influências transformadoras. Por esta razão, é importante considerar, no trabalho educativo, a variedade de situações em que se encontram os sujeitos envolvidos, bem como a existência social de cada pessoa como base de sua educação. É a partir daí que se promove concretamente a mudança, a transformação ou construção de comportamentos e valores novos, num processo educativo não espontâneo, mas intencionalmente planejado e elaborado, visando à conscientização dos sujeitos sociais para a ação que tenha incidência social na transformação da realidade.

Princípios Pedagógicos - Elementos fundamentais da Pedagogia do MST

Os princípios pedagógicos do Movimento referem-se ao modo de fazer e de pensar a educação para concretizar os princípios filosóficos. São aqueles que apontam os elementos essenciais e gerais de sua proposta educativa, “incluindo especialmente a reflexão metodológica dos processos educativos, chamando a atenção de que podem haver práticas diferenciadas a partir dos mesmos princípios pedagógicos e filosóficos” (MST 1996, p. 4), considerando as diferenças existentes entre as diversas modalidades, sejam elas numa escola infantil de assentamento ou num curso técnico de ensino médio, por exemplo. Enquanto os princípios filosóficos são os mesmos que inspiram o Movimento em seu conjunto, os princípios pedagógicos dizem respeito à concretude da sua proposta educativa.

Ao elencar as características que explicitam e concretizam a sua concepção filosófica de educação, o Movimento apresenta 13 princípios pedagógicos: 1. Relação entre prática e teoria; 2. Combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação; 3. A realidade como base da produção do conhecimento; 4. Conteúdos formativos socialmente úteis; 5. Educação para o trabalho e pelo trabalho; 6. Vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos; 7. Vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos; 8. Vínculo orgânico entre educação e cultura; 9. Gestão democrática; 10. Auto-organização dos estudantes; 11. Criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores/das educadoras; 12. Atitude e habilidades de pesquisa; e 13. Combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais.

Os princípios pedagógicos explicitados pelo Movimento articulam-se em torno de conceitos que estão na base da sua concepção de educação, dentre os quais destacamos: prática-teoria-prática; produção do conhecimento e sua incidência social; vínculo orgânico entre processos; trabalho; e coletivos pedagógicos.

Concebida pelo educador Paulo Freire (2007), a articulação práxis-teoria-práxis é um dos pilares centrais da concepção de educação do MST, orientada para a ação transformadora. Trata-se de educar sujeitos críticos, capazes de articular teoria e prática, prática e teoria, com propriedade e competência, considerando “superada historicamente aquela visão de que a escola é apenas lugar de conhecimentos teóricos que depois, fora dela, é que serão aplicados na prática” (MST, 1996, p. 11).

O Movimento explicita o desejo de que a prática social dos educandos/as seja a base do seu processo formativo. Que os cursos realizados sejam lugares de práticas nos quais a própria elaboração teórica já seja considerada prática. Afirma-se, desse modo, o primado da prática sobre a teoria no sentido de que “as verdadeiras teorias são aquelas que são frutos das práticas sociais e que, por sua vez, instrumentalizam práticas sociais” (MST, 1996, p. 11). A centralidade deste conceito no pensamento pedagógico do Movimento traz consigo desafios em relação a questões curriculares e metodológicas. O currículo deve ser pensado em torno de situações que exijam respostas práticas dos/das educandos/as, ajudando-os a estabelecer relações entre o que está nos livros, o que dizem os professores, o que eles recebem da família e o que observam no contexto em que vivem. O grande desafio metodológico é aprender a articular os vários saberes diante das situações que apresenta a realidade.

Considerada uma das dimensões do processo educativo, a produção do conhecimento, para o MST, tem na realidade a sua base e o seu fundamento. Isto significa que a sua proposta de educação busca garantir que os educandos/das produzam conhecimento sobre a realidade que os cerca e a realidade do mundo. É importante enfatizar, no entanto, que esta produção do conhecimento não se dá apenas *a partir da* realidade, uma vez que o conhecimento construído se volta constantemente para a realidade, visando à sua transformação e à produção de novos conhecimentos. Neste sentido, a realidade é ponto de partida e também de chegada. É nesta perspectiva que a educação praticada no MST busca não se ater ao estudo livresco, mas organiza metodologicamente o ensino em torno de temas geradores, extraídos da realidade e abordados dialeticamente, articulando saberes, “integrando conteúdos e práticas concretas dos educandos” (MST 1996, p. 14).

No que tange aos conteúdos, é importante considerar que eles não são o centro da proposta pedagógica do Movimento, mas são escolhidos em função de sua relevância em vista da incidência social, ou seja, são instrumentos para atingir os objetivos de uma educação transformadora, definidos a partir de critérios claros para a formação de sujeitos críticos-reflexivos, livres, capazes de agir na realidade social, transformando-a. Na produção do conhecimento tem, também, relevância fundamental o esforço de garantir que os/as educandos/as desenvolvam atitude e habilidades de pesquisa que os tornem capazes para proceder à análise investigativa da realidade, esforçando-se para entendê-la mais a fundo, à luz da ciência, a fim de “poder fazer proposições mais adequadas a uma intervenção nela” (MST 1996, p. 22).

Organicidade é mais um conceito em torno do qual se articulam alguns princípios pedagógicos do MST, tendo em vista que a educação não é algo abstrato e estático, mas se realiza como processo. É necessário, pois, considerar como fundamentais os vínculos orgânicos existentes entre os processos educativos e os demais processos e aspectos constitutivos da experiência humana, como a política, a economia e a cultura.

O Movimento afirma que “a educação é sempre uma prática política, à medida que se insere dentro de um projeto de transformação ou conservação social”. Afirmar como princípio pedagógico o vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos é reconhecer a necessidade de garantir com que a política faça parte e “atravesse” os processos pedagógicos das escolas e dos centros de formação, não simplesmente como conteúdo a ser discutido e estudado, mas trabalhar pedagogicamente as várias dimensões da vida: a indignação ética, frente às injustiças, que desperta a necessidade de mudança; a formação político-pedagógica, com abordagem crítica e problematizadora da realidade; enfim, a participação na mística e organização da luta dos trabalhadores (MST, 1996).

Considerando que a história da humanidade demonstra que são as relações econômicas que movem as sociedades e transformam as pessoas, o MST apresenta também como princípio pedagógico o vínculo orgânico existente entre processos educativos e processos econômicos, objetivando, assim, favorecer a conscientização dos/das educando/as. Algumas práticas pedagógicas que explicitam a natureza da atividade econômica ajudam a “trazer para dentro do processo educativo aquelas relações que, na sociedade, são a base desta formação/transformação” (MST, 1996, p. 18), ajudando os educandos/as a compreender o funcionamento do mercado e dos processos produtivos.

Na concepção de educação do MST há, ainda, como princípio pedagógico o vínculo orgânico existente entre educação e cultura. Segundo o movimento, “a educação pode ser considerada ao mesmo tempo um processo de produção e socialização da cultura”, entendendo por cultura “tudo aquilo que as pessoas, os grupos e as sociedades produzem para representar ou expressar o seu jeito de viver, de entender e de sonhar o mundo” (MST 1996, p. 19). Assim, a educação pode ser compreendida como um processo de construção e reconstrução da identidade cultural. Por esta razão, as escolas e cursos de formação do MST são espaços para a vivência e a produção de cultura, visando o resgate da cultura popular ou mesmo à produção de uma nova cultura, uma cultura da mudança, “que tem o passado como referência, o presente como vivência que, ao mesmo tempo que

pode ser plena em si mesma, é também antecipação do futuro, nosso projeto utópico, nosso horizonte” (MST, 1996, p. 20).

A educação para o trabalho e pelo trabalho é princípio pedagógico fundamental na proposta de educação do MST, considerando que é “o trabalho que gera a riqueza, que nos identifica como classe e que é capaz de construir novas relações sociais e também novas consciências, tanto coletivas como pessoais” (MST 1996, p. 15). Essencial para a realização dos seus objetivos educacionais, a vinculação que o Movimento estabelece entre trabalho e educação expressa-se em duas dimensões, básicas e complementares: a educação ligada ao mundo do trabalho e o trabalho como método pedagógico. Em relação à primeira dimensão, é necessário garantir que os processos pedagógicos sejam relevantes e pertinentes às exigências dos processos produtivos tanto da sociedade como dos assentamentos, o que significa dizer que a seleção de conteúdos e as metodologias aplicadas devem estar vinculados ao mundo do trabalho. A segunda dimensão refere-se à educação pelo trabalho, à combinação entre estudo e trabalho como instrumento fundamental para desenvolver várias das dimensões da sua proposta educativa.

O MST, percebendo o trabalho coletivo como um dos seus elementos identitários fundamentais, traduziu a importância deste conceito em seus princípios pedagógicos, um deles relativo aos educadores e outro à necessidade de articulação entre processos pedagógicos coletivos e individuais. O primeiro afirma a exigência imprescindível de que os educadores se organizem em coletivos pedagógicos, para promover um genuíno processo educativo e, ao mesmo tempo, garantir a sua própria formação. “Os coletivos pedagógicos podem ser o espaço privilegiado de autoformação permanente, através da reflexão sobre a prática, do estudo, das discussões e da própria preparação para outras atividades de formação” (MST, 1996, p. 22). O segundo princípio refere-se à afirmação de que “o coletivo educa o coletivo”, ou seja, que “o processo educativo é um processo que acontece em cada pessoa, mas só acontece [...] se esta pessoa estiver com outras pessoas, e de preferência, seus iguais” (MST, 1996, p. 23). Isto significa que todas as relações no processo educativo são importantes: a relação educador-educando, a relação dos/as educandos/as entre si e a relação entre educadores/as, todos aprendendo e ensinando, no coletivo. Quando vivido “no coletivo, o processo educativo se torna mais conflitivo, mais transparente, com possibilidade maior de crítica e autocrítica” (MST, 1996, p. 23).

UM PENSAMENTO PEDAGÓGICO NO MST: UMA LINGUAGEM PRÓPRIA DE PENSAR/FAZER EDUCAÇÃO?

Após a reflexão em torno do conceito de princípio e seus desdobramentos pelas vias filosóficas e pedagógicas, buscou-se refletir acerca da linguagem do Movimento na perspectiva de um pensamento pedagógico, tendo em vista que o MST apresenta fundamentos para pensar/praticar uma educação diferenciada, numa linguagem com traços específicos que parece transparecer marcas de autoria, pois entrelaça os elementos históricos, sociais e linguísticos, suscitando novos sentidos à interface entre o MST e a educação. O Movimento (1996) aborda, na apresentação do Caderno n. 8, que tornou-se necessário, ao longo da história, considerar as práticas e experiências pedagógicas nos assentamentos, mas, também, conhecer outras práticas e teorias para constituir uma teoria educacional nos espaços não escolares e escolares.

Ao longo do corpus teórico refletido, os conceitos de abertura e transformação articulam-se para uma concepção de educação que reconhece a cultura, a sociedade, a economia e a história dentro de movimentos de mudanças. Assim, o MST passa a reconhecer que seu projeto de educação necessita se mover de acordo com os percursos da história e suas nuances. Desse modo, o Movimento reflete a ação de abertura e de transformação como elementos importantes e estratégicos para a formação humana dos sujeitos sociais na história, ao mesmo tempo em que propicia a formulação e consolidação do pensamento e ações pedagógicas próprias do MST.

O MST forja uma reflexão acerca do aspecto metodológico que se torna central em sua forma de pensar a educação, abordando que se faz mister expressar, de modo explícito, as estratégias, métodos e objetivos para se fazer/pensar processos de formação. Assim sendo, quando o MST apresenta princípios filosóficos e pedagógicos, defende que os mesmos dialogam, ou seja, estão articulados e não isolados. Os princípios são refletidos e sistematizados a partir das demandas da realidade social.

O Movimento propõe uma formação baseada na coletividade. É neste sentido que o conceito de cooperação se torna de suma importância para reforçar a ideia estratégica de formação coletiva, a qual "vise a construção de novas relações sociais" (MST, 1996, p. 8). O Movimento Sem Terra, por meio da cooperação, conjectura que a sua dinâmica e organização depende da compreensão de cooperação. E a cooperação não somente enquanto conjunto de reflexões, mas, também, cooperação que se faz na ação, direcionada por objetivos, métodos e estratégias para que se consolide a construção social do coletivo.

Segue-se disso a afirmação do MST acerca da cooperação: “[...] não podemos nos contentar com belos discursos sobre a cooperação; precisamos avançar para os saberes, valores e afetos capazes de implantá-la, a partir das condições de cada realidade” (MST, 1996, p. 8).

O conceito de coletividade aparece de forma recorrente nos princípios filosóficos, referindo-se às relações sociais e à compreensão de pessoa (individual) aberta à relação nos processos formativos específicos do MST. Nos princípios pedagógicos, a coletividade é apresentada com sentido potente ao perpassar todo o corpus teórico, tendo em vista que o MST deixa transparecer que sua intenção reside numa concepção de formação humana e coletiva. O Movimento apresenta o conceito de coletividade tecendo uma defesa acerca de sua concepção de educação, uma vez que críticas são tecidas por quem não conhece a proposta e a organicidade do Movimento. O MST (1996, p. 23) afirma: “uma das críticas que algumas pessoas costumam fazer à nossa proposta de educação é a de que, ao enfatizamos a dimensão do coletivo, acabamos deixando de lado a dimensão individual ou pessoal do processo educativo”.

A coletividade também recebe sentidos para a contribuição de um processo de ensino e aprendizagem o qual reconhece o indivíduo e suas demandas a partir de sua realidade específica. O MST (1996) reflete que o processo de formação humana na perspectiva da coletividade tende a propor o (re)pensar das relações entre educador/educando, possibilitando uma educação que preza o sentimento, a afetividade, a responsabilidade e o trabalho dos conteúdos de forma crítica e problematizadora. Assim, o Movimento afirma que “ninguém aprende por ninguém, ninguém se educa por alguém; mas também ninguém se educa sozinho” (MST, 1996, p. 23). Esta compreensão do Movimento Sem Terra aproxima-se da afirmação de Freire: “ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 2007 p. 78). O pensamento pedagógico do MST considera o diálogo, a relação e a visão crítica de mundo como elementos fulcrais para se fazer uma educação problematizadora e revolucionária. O MST reflete o processo de formação humana pela via da coletividade que necessita forjar outro projeto de sociedade e Freire (2007) aponta para o mundo como propulsor das mediações de relações entre os sujeitos. Desse modo, ninguém se educa sozinho, mas com diálogo e nas relações sociais.

Ao que parece, a coletividade é um conceito central para pensar a organização do Movimento, seu processo formativo e uma nova forma de fazer/pensar educação em espaços escolares e não escolares. O MST assume, assim, o papel de sujeito pedagógico,

constituindo-se “como uma coletividade em movimento, que é educativa e que atua intencionalmente no processo de formação das pessoas que a constituem” (CALDART, 2012, p. 319).

Desde os princípios filosóficos e constituindo, também, os sentidos dos princípios pedagógicos, a relação entre prática e teoria aparece como ponto fulcral no pensamento pedagógico do MST. Desse modo, nota-se que a ação, expressa no conceito de experiência pedagógica, é dinâmica marcante para se pensar um projeto de formação diferenciada e que tenha vínculos explícitos entre o que se experimenta em realidades específicas, marcadas com demandas específicas, e a teoria estudada em cursos formais e/ou não formais.

O MST (1999, p. 11) declara que é “um dos princípios fundamentais de nossa proposta de educação a relação entre prática e teoria dentro de cada processo pedagógico, justamente para que se possa desenvolver esta capacidade de relação em todas as demais situações de vida”. Desta forma, a concepção de educação proposta pelo Movimento é pensada e desenvolvida tendo como base a prática-teoria-prática. Isso implica pensar que o MST defende a prática social como base para a formação dos/das educandos/as. Isso também contribui para se pensar numa escola ou cursos diferenciados, que esses sejam espaços/tempos privilegiados “de práticas, e que o estudo e a elaboração teórica sejam considerados práticas, ou seja, que impliquem a ação do educando e da educanda” (MST, 1996, p.11). A articulação prática-teoria-prática encontra-se bem formulada por Vázquez (1968), quando afirma que a verdadeira ação deve ser crítico-prática, transformadora, “revolucionária, mas ao mesmo tempo crítica e prática, ou seja, teórico-prática: teórica, sem ser mera contemplação, já que é a teoria que guia a ação, e prática, ou ação guiada pela teoria.” (VÁZQUEZ, 1968, p. 162). É neste sentido que o Movimento enfatiza a importância do vínculo essencial prática-teoria-prática na sua proposta pedagógica.

Um dos sentidos empregados à relação entre teoria e prática é o de propiciar processos na escola que possam organizar, tanto política como pedagogicamente, os conhecimentos sistematizados com o maior número que puder alcançar as práticas pedagógicas escolares. Dessa forma, a relação entre prática e teoria suscita, no ambiente escolar dos assentamentos e acampamentos do MST, uma organização mais eficiente e preocupada com a transformação dos/das educandos/as, dos/das educadores/as e de todos os sujeitos que compõem a comunidade escolar de modo geral. Sobre a prática e a teoria, o MST chama a atenção para o currículo escolar, considerando que esse possibilite respostas práticas às demandas que surgirem nos territórios camponeses e urbanos.

O currículo projetado pela relação teoria e prática terá o compromisso social e pedagógico de fazer dialogar conteúdos e realidades práticas do cotidiano dos/das estudantes. O Movimento ainda afirma que “o grande desafio metodológico que este princípio nos traz é o de como aprender a articular o maior número de saberes diante de situações da realidade” (MST, 1996, p. 11). Neste sentido, pensar no conceito de prática no MST é reconhecer que a realidade é o lugar da produção do conhecimento. Vê-se com isto que os princípios, que precisam se articular em prática e teoria, possibilitam no Movimento a produção do conhecimento a partir da realidade. Essa não só como ponto de partida, mas também como ponto de chegada (MST, 1996).

Os conceitos de realidade, teoria e prática, em articulação, direcionam uma reflexão pedagógica a respeito das escolhas do que o MST (1996) nomeia por “conteúdos formativos socialmente úteis”. Para o Movimento, os/as educadores/as precisam ter acúmulo de conhecimentos para conseguir fazer uma seleção de conteúdos de forma eficaz. O/a educador/a presente na escola terá que se aproximar da realidade específica de cada estudante para desenvolver os conteúdos formativos para todos. O MST conjectura que é preciso respeitar a lista de conteúdos enviada pela Secretaria de Educação e/ou a que é definida pelo Governo Federal via Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Ao considerar esses conteúdos elegidos por serem sistematizados pela humanidade, faz-se necessário que os/as educadores/as, em seus conjuntos de práticas pedagógicas, “priorizem alguns conteúdos mais do que outros” (MST, 1996, p.15), como os que dialogam com o princípio da justiça social.

Da compreensão acerca da realidade como lugar de produção de conhecimento, o MST reflete seu processo de formação humana baseado no conceito de formação onilateral que implica também na concepção de sujeito social aberto a um processo formativo. O conceito de onilateralidade recebe o sentido de ser humano integral, tendo em vista a complexidade da pessoa humana expressa em dimensões: intelectual, social, psíquica, política, afetiva, profissional, cultural, estética, organizativa, religiosa. Esse conceito reforça a ideia de formação humana à vida cotidiana do povo político do Movimento. Desse modo, a educação onilateral suscita na escola práticas pedagógicas que harmonizem as dimensões do ser humano. Vale ressaltar que esta proposta reafirma o lugar do homem e da mulher na realidade, sobretudo, entendendo que “a realidade é o mundo. É tudo aquilo que existe e que merece ser conhecido, apreciado, transformado e que pode estar a milhares de quilômetros do nosso assentamento. Só que não tem sentido conhecermos todo o mundo sem conhecermos o nosso assentamento” (MST, 1996, p.13).

A forma como o Movimento dispõe os conceitos possibilita sentidos para analisar a formação humana, alicerçada numa base que se apresenta na tentativa teórico-prática de formular um projeto de educação, o qual também transforme o projeto de sociedade e, dessa forma, (re)pense a formação educacional do sujeito social e sua atuação no mundo. Por isso, o MST apresenta o conceito de consciência como fundamental para pensar uma educação de classe a qual vise a transformação individual e coletiva, com vistas à consciência de revolução (MST, 1996). Neste sentido, o Movimento reflete uma educação que tem sua preocupação com a transformação do novo homem e da nova mulher. O MST (1996) mostra-se, por meio da articulação dos princípios, atencioso por pensar e agir a partir da concepção de educação comprometida com a realidade dos/das cidadãos/ãs.

Os conceitos apresentados tendem a apontar para um pensamento pedagógico que se expressa nas mudanças da história, considerando as experiências pedagógicas específicas do MST. Ao compreender a educação enquanto movimento de abertura e de transformação social, essa também é refletida com sua potência política por ser organizada pela dimensão filosófica e pedagógica, fundamentando a concepção de educação por meio de escolhas que abrangem a luta pela Reforma Agrária, por uma produção agroecológica, pela escola pública presente no campo e pela formação de qualidade para o homem e a mulher do campo. Sobre essa intenção, Stédile e Fernandes (2012, p. 76) corroboram: “A frente de batalha da educação é tão importante quanto a da ocupação de um latifúndio ou a de massas. A nossa luta é para derrubar três cercas: a do latifúndio, a da ignorância e a do capital”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade de leituras, re-leituras e compreensão de sentidos possibilitou uma reflexão mais densa sobre o uso do conceito de “princípio”, demonstrando sentidos tanto pela via filosófica, quanto pedagógica. Por isso, no seu corpus teórico, o MST apresentou dois conjuntos de princípios: princípios filosóficos e princípios pedagógicos. Esses princípios são o ponto inicial e norteador para abarcar outros conceitos que dialogam com as diversas áreas da educação, tais como: formação do educador, práticas pedagógicas, currículo, formação humana, formação crítico-reflexiva para a cidadania. Nesta perspectiva, por proporcionar uma reflexão a partir de elementos filosóficos e pedagógicos, evidenciou-se um pensamento pedagógico preocupado com uma linguagem que possibilite um engajamento crítico e responsável, ao pensar a educação tanto no micro

(interior dos assentamentos e acampamentos), como no macro (a realidade da educação brasileira, de modo geral).

No corpus teórico estudado, percebeu-se que os conceitos ação e prática aparecem com bastante recorrência na linguagem pedagógica do Movimento. Isso implica na ideia de um pensamento pedagógico do MST que considera o lugar das experiências e vivências educativas como um espaço/tempo de construção teórica e elaboração de sua concepção de educação em movimento de acordo com as demandas da realidade dos sujeitos envolvidos nos processos de formação. Neste sentido, o pensamento pedagógico do MST apresenta com exatidão a sua intenção de elaborar uma educação que tenha respaldo nas práticas educativas nos assentamentos e acampamentos, suscitando nos espaços educativos, sobretudo na escola, o compromisso de construir territórios, trabalhos, moradias, escolas, postos de saúde, meios de produção e cultivo da terra, tendo em vista o fortalecimento da coletividade. Essa compreensão do Movimento como um coletivo tem o intuito de afastar, estrategicamente, suas práticas pedagógicas da “herança cultural do individualismo, do isolamento e do conservadorismo” (MST, 1996, p. 8).

A proposta de educação do MST se insere também numa perspectiva problematizadora. Neste sentido, o corpus teórico em questão apresenta os princípios filosóficos e pedagógicos como bases para pensar e experimentar uma educação crítica, libertadora e revolucionária para o campo, tendo como ponto primacial a prática e a teoria vinculadas. Percebe-se que em toda a linguagem expressa no Caderno de Educação n. 8, os conceitos destacados levam a refletir a escola como um *locus* de práticas sociais que têm a possibilidade de desenvolver o processo de ensino e aprendizagem em consonância com a intenção de formar para a cidadania e, conseqüentemente, para a transformação social. O estudo coloca em questão, também, a formação permanente e coletiva dos/das educadores/as, conjecturando o sentido de que é no coletivo que os/as educadores/as poderão fortalecer suas práticas pedagógicas e a própria profissionalização docente, uma vez que em conjunto a luta pelos direitos do profissional docente se torna mais forte na coletividade.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.



CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

DICIONÁRIO ENCICLOPÉDICO ILUSTRADO LAROUSSE. Vol. 19. São Paulo: Larousse, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 46ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2007.

MST. **Princípios da Educação no MST**: Reforma agrária, semeando educação e cidadania. Caderno de Educação n. 8. São Paulo, 1996.

PERLI, Fernando. Além da Terra, o Direito ao Passado. **Revista de Ciências Sociais**, n. 45, p. 233-247, 2016.

ROHDEN, Luiz. Hermenêutica metodológica e hermenêutica filosófica. **Filosofia UNISINOS**. Vol. 4, n. 6, Jan-Jun 2003, p. 109-132.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, coedição Fundação Perseu Abramo, 2012.

VÁZQUEZ, Adolfo Sacher. **Filosofia da Práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.